



N.º 25/2024

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quarto, realizou-se, pelas dez horas e onze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 310/2024, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara André Valente Martins e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

Ordem de Trabalhos

1. **Deliberação n.º 674/2024 – Proposta n.º 047/2024 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de natal para os filhos dos trabalhadores da autarquia – 2024**
2. **Deliberação n.º 675/2024 – Proposta n.º 048/2024 – GAP – Tarifário de abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Urbanos no concelho de Setúbal para 2025 – SMS**
3. **Deliberação n.º 676/2024 – Proposta n.º 049/2024 – GAP – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2025 – SMS**
4. **Deliberação n.º 677/2024 – Proposta n.º 050/2024 – GAP – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2025 – SMS**
5. **Deliberação n.º 678/2024 – Proposta n.º 130/2024 – DAF/DICONT/DICOR – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 (2026/2027/2028/2029)**

1. Deliberação n.º 674/2024 – Proposta n.º 047/2024 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de natal para os filhos dos trabalhadores da autarquia – 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 9, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 675/2024 – Proposta n.º 048/2024 – GAP – Tarifário de abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Urbanos no concelho de Setúbal para 2025 – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11.

Sr. Presidente – Disse que a proposta de tarifário dos Serviços Municipalizados de Setúbal para 2025 tinha sido elaborada tendo em conta o conhecimento adquirido, desde início de funcionamento dos SMS, nomeadamente, na aplicação do tarifário aprovado para 2024.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não havia nenhuma matéria muito especial naquele tarifário. Imputavam, como no ano anterior e, como era habitual, quando da concessão, o índice harmonizado, relativamente ao ano anterior e o valor que decidiram atribuir era de 5,3%, como já tinha explicado nas reuniões com a oposição.

Relativamente aos resíduos tiveram um aumento de cerca de 300% na AMARSUL e há um aumento real dos custos da atividade de resíduos decorrentes do PERSU e do PAPERSU e, mesmo assim, com esses aumentos tinham um resultado positivo previsto na água de dois milhões e setecentos mil que depois iria cobrir, seguramente, o défice que iriam ter no saneamento, cerca de meio milhão de euros e cerca de um milhão e meio de euros nos resíduos.

Portanto, o aumento de 15% previsto para os resíduos visava minimizar o impacto negativo do aumento de cerca de 300% da tarifa da AMARSUL, mas sobretudo, e também, resultante do encarecimento da operação.

A operação resíduos no seu conjunto equivalia a cerca de quinze milhões de euros, a receita andava à volta dos seis, sete milhões de euros, prevista com aquele aumento, o que queria dizer que havia um défice nos Serviços Municipalizados de um milhão e meio, e um défice de cerca de cinco milhões no quadro do tratamento que estava a cargo do Município, portanto, estavam muito longe de qualquer hipótese de aproximação aos custos reais que o sistema de resíduos comportava.

Era evidente que aquela matéria dos resíduos, em particular, era objeto de uma grande discussão, naquele momento trabalhavam com o PERSU aprovado, com o PAPERSU que ainda não estava aprovado, o deles, e os PAPERSU de todos os municípios do país, nenhum estava aprovado.

Entretanto, o Governo anunciou recentemente, através da senhora Ministra do Ambiente, que ia ser feito um novo plano de ação para os resíduos, portanto, ninguém sabia exatamente o que ia acontecer, e ao nível da AML e da região trabalhavam no apuramento dessas matérias, na clarificação do que se passava com os resíduos.

Para terem uma ideia, se fossem avaliar no caso da AMARSUL, o que se passava era que tinham qualquer coisa como 6,7 de TRA, de renumeração acionista, o que equivalia a 11% da tarifa, e tinham a imputação na tarifa dos valores de contrapartida que a AMARSUL não

acolhia - e que deveria acolher -, portanto era um assunto que estavam a aprofundar, e que no dia anterior deu origem a uma reunião da AML com a senhora Secretária de Estado e que iria prosseguir nessa reflexão.

Havia um estudo da AMRS, que já tinha sido enviado uma síntese para a senhora Ministra do Ambiente, que revelava que a gestão da AMARSUL funcionava com valores de custos, muitas vezes o triplo acima dos custos habituais na mesma operação em qualquer parte do país.

Portanto, havia qualquer coisa que não batia certo, e isso teve impactos tremendos para as tarifas, não só para eles, mas para todos os municípios, e todos os municípios da região, por um lado os do Partido Socialista, por outro lado, os da CDU, tomaram posição contra quer a renumeração acionista, quer contra o aumento de tarifário, quer contra a qualidade do serviço, quer contra todo o processo da AMARSUL. O que se tentava era mitigar, de certa forma, essa situação com aquele aumento de 15%, não resolvia o problema do défice, mantinha um défice muito acentuado.

Olhavam para a capacidade de resposta. Quer a água, quer os resíduos, quando virem o relatório da atividade daquele ano iriam verificar que fizeram 35 empreitadas, no primeiro semestre, focadas na água e nos resíduos, e precisavam de dinheiro para investir, havia uma situação muito precária dos equipamentos, que lhes foram deixados pelas Águas do Sado e que tinham que intervir, tinham que ter uma década de forte intervenção, e as alterações dos resíduos obrigavam a um investimento sucessivo, crescente, para garantir não só os objetivos mas também a qualidade do serviço.

Era nesse sentido que o orçamento tinha sido proposto, já contabilizava aquele aumento de tarifário, se não, não poderiam fazer muito do que estava proposto.

Sr. Presidente – Disse pensar que tinham ficado bem explicitas algumas das dificuldades, e as razões para os aumentos do tarifário que eram propostos para aprovação.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que efetivamente a proposta de aumento que lhes era apresentada, do ponto de vista do tarifário da água, do abastecimento da água, era uma proposta que estava em linha, com a recomendação da ERSAR, e, portanto, sobre o tarifário da água nada tinham a dizer.

Já no que respeitava ao aumento de 15%, sobre o tarifário de gestão de resíduos urbanos, consideravam e, apesar de perceberem naturalmente, aquilo que originava aquela proposta de aumento, aliás, foi uma discussão que já tinham tido ali por diversas vezes, e as posições de todos eram evidentemente claras, entendiam que uma proposta de aumento de 15% era excessiva.

Falavam de um problema que estava a montante, era um problema que tinha que ser resolvido, e que tinha que ser resolvido com urgência, e todos sabiam também aquilo que o originou, mas entendiam que não era a passagem para o consumidor, a passagem para o município, daquele custo em 15% que ia atenuar aquilo que era, naquele momento, o tarifário que a AMARSUL tem imposto.

Por isso, propunham uma alteração desse tarifário para que ele fosse atualizado nos mesmos 5.3% em que seria atualizado tarifário de abastecimento de água.

Disse que gostaria que a proposta fosse colocada a votação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o não aumento que 15% faria um défice nos resíduos de quase três milhões de euros, isso nos Serviços Municipalizados, a juntar ao défice que já estava do tratamento do lado da Câmara de cinco milhões de euros.

Considerava que isso não era comportável, iria obrigar a paralisar muita da atividade dos Serviços Municipalizados, mesmo assim, o plano de internalização de toda a atividade estava atrasado e seria impossibilitar esse plano, iria evitar criar condições para que não pudessem fazer um conjunto de ações de aquisição de meios e recursos para o trabalho que era exigível fazer naquele momento.

Sr. Presidente – Questionou qual era a proposta que os Vereadores do Partido Socialista apresentavam.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que seria manter a proposta de atualização do tarifário de abastecimento de água e no que respeitava ao tarifário de gestão de resíduos urbanos a atualização ser feita com base em 5,3 e não em 15%, e, portanto, não terem uma atualização que representaria mais três milhões em termos de receita, mas uma atualização que representaria mais de um milhão e pouco em termos de receita.

Sr. Presidente – Disse que não havendo mais questões, propunha à votação aquela proposta de alteração do Partido Socialista e, como era óbvio, se ela fosse aprovada seria introduzida na proposta global.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria e em minuta com 4 votos a favor do PS, 5 votos contra da CDU e 2 abstenções do PPD/PSD.

Por fim, o senhor Presidente colocou à votação a proposta inicial, a proposta de deliberação 675/2025.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

3. Deliberação n.º 676/2024 – Proposta n.º 049/2024 – GAP – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2025 - SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse terem um orçamento de receita corrente de trinta e dois milhões de euros, e de despesa corrente vinte e nove milhões de euros, receita de capital de setecentos e vinte e nove mil euros, e somavam a essa receita de capital o saldo da conta de gerência do ano 2024, dois milhões novecentos e sessenta mil, o que perfazia um orçamento total de receita no valor de trinta e seis milhões quatrocentos e cinquenta mil euros.

Aquele orçamento em termos de receita resultava de diferentes rubricas que passou a explicitar. Taxas, multas e outras penalidades, que era uma rubrica que numa reunião com um dos partidos políticos diziam: *“tanta multa?, tanta taxa?”*, esses dois milhões seiscentos e oitenta e nove mil, na prática, era a TGR e a TRH essencialmente, tinham uns milhares de euros, poucos, de multas, etc., essa era uma rubrica gorda, depois havia uma rubrica de transferências correntes que era sobretudo as transferências do Município para os Serviços Municipalizados, decorrentes do pluvial, e do decorrentes da tarifa social, e da nossa conta-corrente.

Depois venda de bens e serviços, no essencial, era a venda da água e a prestação de serviços de recolha e transporte e entrega dos resíduos, e, também, da recolha e entrega do saneamento, isso dava um valor de trinta e dois milhões de receita corrente.

Na receita de capital, o essencial vinha também do lado da Câmara, relativamente ao saldo de gerência do ano anterior, previam dois milhões novecentos e sessenta, somando aquelas parcelas dava trinta e seis milhões quatrocentos e cinquenta.

Na prática, tinham 89,9% de receitas correntes e 10% de receitas de capital.

Relativamente à despesa, como grandes rubricas tinha a despesa com pessoal, era importante referenciar que em relação ao ano anterior havia um aumento de cerca de dois



milhões, um milhão e novecentos mil, com despesas de pessoal, e isso resultava da entrada de cerca de 35 trabalhadores novos, mas sobretudo resultava também do aumento dos salários, das promoções, das opções gestionárias, de toda essa panóplia de possibilidades positivas para os trabalhadores, mas que tinha um impacto económico sensível.

Em relação a aquisições de bens e serviços tinha que ver com toda a atividade de contratação de aquisição de serviços, dos mais diversos setores, designadamente das áreas informáticas, mas sobretudo do pagamento do tratamento à SIMARSUL, do saneamento que andava à volta dos cinco para seis milhões.

No que se refere ao investimento de referenciar um investimento de sete milhões e quatrocentos mil, tinha a ver sobretudo com obras, e com outras atividades de investimento. Pensava que não havia mais nada de especial a acrescentar sobre aquela matéria, tendo em conta que o relatório entregue era bastante explícito em relação àquela questão da despesa e da receita.

Quanto ao plano de investimentos, ao PPI, tinham uma previsão de sete milhões e quatrocentos mil, aproximadamente, onde o abastecimento de água ia ter um impacto de dois milhões duzentos e sessenta e nove mil, águas residuais dois milhões e oitocentos e dez mil, resíduos urbanos oitocentos e vinte e nove mil, quando dizia mil dizia milhões, e funções gerais um milhão e quinhentos mil.

Aquela era a previsão de investimento, teriam outras áreas de investimento, sobretudo grandes obras estruturantes que tinham que ser realizadas, mas com os meios próprios que tinham não conseguiam, teriam que ver se seria possível ir a um financiamento bancário que lhes permitisse ir a obras estruturantes.

Tinham no PPI duas grandes rubricas, uma que tinha que ver com a manutenção de água, outra tinha que ver com manutenção de saneamento, que, na prática, tinha que ver com as obras que iam acontecendo decorrente de ruturas, obras prioritárias, pequenas obras, etc., além das obras que estavam nomeadas em PPI, e que eram também de grande relevância.

Aquele plano de investimentos ia permitir fazer uma intervenção mais qualificada na água.

Receberam recentemente um prémio da qualidade da água, o selo da excelência da qualidade da água para consumo humano da ERSAR.

Portanto, manter essa qualidade, manter uma intervenção mais consistente em tudo o que tinha que ver com as infraestruturas de água e saneamento, e tinham que investir muito aí, como referiu, mas também fazer um esforço muito sensível na internalização das atividades dos resíduos e na qualificação da atividade da expansão da recolha de biorresíduos, da expansão da lavagem, da substituição de contentores, velhos por novos.

Havia uma panóplia de matérias que tinham que ser bem resolvidas, a bem do ambiente da cidade e do concelho, que pensava ser bem revertido naquele orçamento, nos limites que tinham, se tivessem mais iriam mais longe, e como referiu, com um empréstimo bancário talvez pudessem fazer algumas obras estruturantes, que por meios próprios não conseguiam de todo realizar.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse terem naquele orçamento já a aplicação de um saldo de gerência estimado, na ordem dos dois milhões novecentos e sessenta mil euros, ainda era cedo para saberem, para terem acesso, àquilo que originou esse saldo de gerência, só em abril quando tivessem a prestação de contas, mas atendendo a que estavam perante um valor que correspondia sensivelmente 10% do total das receitas estimadas para 2024, questionou, acreditava que fosse um misto, mas se tinham tido mais receita do que aquela originalmente estimada, ou se tiveram menos despesa, eventualmente, menos investimento do que aquele inicialmente estimado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que esse valor resultava sobretudo de coisas não executadas, ou seja, previram, se estavam lembrados, no último ano, um empréstimo que não aconteceu, cerca de oito milhões, para fazer as tais obras estruturantes, não foi possível ir a esse empréstimo, e grande parte desse dinheiro estava também associado àquelas obras, por um lado, por outro lado, tinham um projeto de telegestão que previram arrancar naquele ano, e não arrancou, de um milhão e meio, portanto, não era difícil explicar porque é que

aquilo estava ali, de qualquer maneira, esses projetos transitavam, e iam precisar do saldo de gerência para resolver o problema desses projetos que transitavam, além dos novos projetos. Os Serviços Municipalizados, de acordo com a lógica da lei, que não era cumprida a 100%, porque, às vezes não havia condições para fazer isso, deviam viver da água com resultados próprios para o investimento, do saneamento com resultados próprios para o investimento, porque, em geral, as pessoas pensavam que água e saneamento era o mesmo, mas eram explorações diferentes, eram lógicas diferentes, e também nos resíduos devia ter, receitas, despesa e resultado suficiente para investir.

Portanto, aquele saldo da água também lhes ia permitir cobrir, embora não fosse a forma adequada de resolver o problema, no conjunto do bolo das receitas e despesas dos Serviços Municipalizados, cobrir os défices das outras operações. Era por isso que aquele valor, para eles, era muito importante.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

4. Deliberação n.º 677/2024 – Proposta n.º 050/2024 – GAP – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2025 - SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15.

Sr. Presidente – Disse que a proposta que era apresentada tinha como objetivo a experiência e a perspetiva de desenvolvimento de trabalho e para isso era necessário garantir a contratação do pessoal necessário e adequado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que já tinha referido em termos financeiros o que aconteceu, era muito relevante registar que na coluna do subsídio da insalubridade tinham 227 trabalhadores, tinha que ver com os operacionais, que estavam relacionados com atividades insalubres que recebiam o subsídio, e essa listagem estava clara.

Deu nota de que soube numa reunião na segunda-feira, com os sindicatos, que, por exemplo, a AMARSUL que tinha trabalhadores em atividade completamente insalubre, não recebiam subsídio de insalubridade, o que não fazia nenhum sentido numa operação daquele género, portanto, era mais uma daquelas matérias em que aquela empresa estava mais preocupada em fazer lucro, em encaixar dinheiro, do que propriamente a proteger os trabalhadores que resolviam os problemas do dia a dia da empresa.

Disse terem na coluna 1 o número de trabalhadores com lugares ocupados e vagos, eram 391, número de lugares vagos que seriam providos a partir dos concursos de 2024, eram 83, que muitos deles ainda estavam em curso, os novos postos de trabalho a criar eram mais 23 em 2025, num conjunto ficariam com lugares vagos e lugares a preencher com 414 lugares no Mapa de Pessoal. Referiu que receberam das Águas do Sado 104 trabalhadores.

As Águas do Sado trabalharam em média com 150, 160 trabalhadores e, no final, deixaram cair. Somou-se a esse número 116 trabalhadores que vieram dos resíduos, e isso parecia grande crescimento, se olhassem para o mapa que vinha das Águas do Sado, mas, na prática, era uma soma, e entraram cerca de 20 trabalhadores para os resíduos, e iam ter que entrar mais, e entraram também uma série de trabalhadores para a água e saneamento.

Entretanto, também, saíram muitos trabalhadores reformados, havia ali um jogo de trabalhadores.

O Mapa de Pessoal que tinham ali estava focado em resolver o problema das equipas operacionais, deixadas muito diminuídas, equipas de 5 ou 6 tinham 2 trabalhadores, portanto, reforçavam as equipas operacionais, a reforçar a equipa técnica, por haver novas funções na gestão pública que a empresa Águas do Sado não tinha, designadamente a questão da contratação pública que era uma matéria muito relevante, reforçar os recursos humanos que,

já tinham sido reforçados no ano anterior, com o aumento dos trabalhadores, mais do que duplicou o número de trabalhadores, e a equipa de recursos humanos também teve que crescer, e naquele momento tentavam estabilizar a organização em termos de recursos humanos.

Tiveram o período de transição, o período de instalação, que, no fundo, estava a concluir-se, naquele momento estavam num período de consolidação e desenvolvimento, e naquele período de consolidação queriam, de certa forma, concluir, uma coisa nunca estava completamente fechada, portanto, estabilizar a equipa de recursos humanos e depois entrar na rotina de “*entrou saiu, entrou saiu*”, e deixar essa lógica de recrutamentos massivos para recompor a equipa.

Disse que para conseguir recrutar meia dúzia de trabalhadores: “*porque faziam um concurso, outro concurso, outro concurso, não aparecem trabalhadores operacionais*”, tinha que se fazer 1, 2, 3 concursos para o mesmo assunto, visto que não apareciam trabalhadores suficientes, e não era fácil compor as equipas com trabalhadores, mas faziam um grande esforço nesse sentido, e queriam, durante o ano de 2025 estabilizar a equipa de recursos humanos dos serviços, para poderem ter equipas consolidadas, formadas, com qualidade e a desenvolver um trabalho de excelência: “*que é o que merecemos aqui em Setúbal*”.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 678/2024 – Proposta n.º 130/2024 – DAF/DICONT/DICOR – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 (2026/2027/2028/2029)

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 20.

Sr. Presidente – Disse que como já tinham tido oportunidade de explicar, em reuniões no respeito pelo direito da oposição até com a participação dos senhores Vereadores, os grandes números, e as razões desses números, dessa situação, da avaliação da atual situação financeira da Câmara Municipal e também da perspetiva para o próximo ano e anos seguintes.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que como já tinha tido oportunidade de referir num jornal local, o Setubalense, o Partido Social Democrata iria votar contra aquele orçamento, atendendo a várias razões, que enumerou.

As execuções orçamentais daquele mandato, como em mandatos anteriores da CDU, tem sido sempre sofríveis, tem sido sempre execuções que não iam para além de 65%, 66% no caso do ano anterior de 2023, do ponto de vista da despesa, tiveram uma execução que não chegou sequer a 60%, foi 59%, e era o momento, naturalmente, de fazer um balanço, daquele mandato, não era depois dele ter terminado que o poderiam fazer politicamente, era naquele momento, e também um balanço do mandato em termos da execução orçamental, em termos da execução daquilo que foram as medidas a que os senhores se propuseram, naquele mandato, e em cada um dos respetivos anos.

A verdade era que se verificava que a execução daquele ano corrente de 2024, em termos de despesa, só foi ainda concretizado 31% daquilo que estava previsto, na receita um pouco mais, mas, de facto, era muito aquém e falavam reportados a final de setembro de 2024, portanto 31% da execução, era muito fraco, era muito aquém, e era uma demonstração de incapacidade de gestão da autarquia.

Além disso, tinham algo que consideravam especialmente grave que naquilo que se reportava a dívidas a fornecedores, tinham um aumento de dez milhões de euros, relativamente ao mesmo período de 2023, de mais de dez milhões de euros, acumulando trinta milhões de euros em dívidas a fornecedores, oito milhões das quais já tinham mais que um ano, o que



demonstrava a incapacidade de fazer face a esses compromissos, nomeadamente, também, demonstrava que havia, obviamente, um financiamento por parte da autarquia à custa dos fornecedores, muitos deles eram pequenas e médias empresas, no fundo, empresas precisavam desse dinheiro que lhes era devido para fazer face também às suas despesas e à sua atividade, o que levava a uma lesão, obviamente, não intencional, mas que era a consequência de uma lesão da própria economia local.

Respondendo ao senhor Presidente na intervenção que fez na última Assembleia Municipal, em que chamou à atenção, e bem, para a situação financeira em que a Câmara estava, num contexto em que viam que havia aumento da receita dos impostos, independentemente, não obstante, terem conseguido, o PSD, aprovar um conjunto de medidas naquela autarquia para aliviar no fundo, as famílias setubalenses, para poderem, no fundo, fazer face àquilo que eram as suas dificuldades no dia a dia.

Conseguiram a isenção do IMT jovem, ainda antes de o Governo ter conseguido propor isso, e em vigor, foram a 1.ª autarquia do país que o conseguiu. Conseguiram reduzir a taxa de IMI desde o início daquele mandato de 0,45 para 0,37. Conseguiram aplicar o IMI familiar, em que havia uma redução num valor concreto a cada família que tinha mais que um dependente, 2 ou 3, ou mais. Conseguiram, também, devolver uma parte substancial do valor que era arrecadado em IRS e estava à disposição da Câmara, no sentido de ficar com esse valor ou devolvê-lo aos cidadãos, e para o ano que vinha iam conseguir devolver 1,7% desse valor aos cidadãos Setúbal, aos setubalenses, em cerca de 3 milhões de euros. Conseguiram, além disso, nos vários anos, a isenção de derrama para as pequenas e médias empresas, que tinham um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros. Conseguiram o apoio às famílias através do transporte escolar, das refeições escolares, do investimento na reabilitação e manutenção de passadeiras, que era um problema que tinham grave na cidade, do alívio nas tarifas de estacionamento nos dísticos dos residentes. Conseguiram ainda apoios às famílias e a instituições particulares de solidariedade social através da criação de um fundo que ainda estava, naquele momento, em vigor, no corrente ano, bem como o bilhete de família para as famílias que queriam assistir a espetáculos para crianças, na nossa cidade, e também a sala de Snoezelen.

Portanto, tinham um conjunto de medidas que aprovaram, ao longo daquele mandato, e que também conseguiram fazer aprovar para o ano de 2025, e que, nenhuma delas, como se verificava, ponha de alguma forma em causa aquilo que era a gestão da autarquia, muitas delas pesavam um pouco no orçamento, mas eram importantes para o alívio dos setubalenses, e, no fundo, o que verificavam era que, e mais uma vez era importante referir, que havia uma incapacidade, uma dificuldade de gestão da autarquia, por parte da CDU.

Chamou à atenção para um último número, no anterior o resultado líquido do exercício foi cerca de dezoito milhões de euros, compensado depois pelos Serviços Municipalizados, ficou à volta dos quinze milhões negativos, mas naquele ano já iam em dezasseis milhões, até 30 de setembro, o que era mais uma demonstração daquilo que acabou de afirmar.

Portanto, tudo aquilo somado, pensava que não haveria outra posição a tomar por parte do PSD, que não fosse votar contra.

Durante o mandato deram todas as condições à CDU para executar o seu programa, para o qual tinha sido eleito, foi a coligação, foram os partidos mais votados, o PCP e o Partido Ecologista os Verdes, mas obviamente que chegados àquele momento não poderiam deixar de ter aquela posição com toda a franqueza.

Como já tinha dito, não se reviam naquele tipo de gestão, naquele tipo de ineficácia na gestão do Município, e pensava que muito poderia ter sido feito, não era assim tão complicado, não era assim tão difícil, e tinham ficado muito aquém daquilo que podia ter sido importante para os setubalenses, para uma cidade e para o Município que se pretendia mais dinâmica, mais jovem, mais atrativa no investimento e, no fundo, que fosse mais presenteira e possibilitasse aos seus cidadãos e a quem os visitava, fruir da mesma, da melhor forma possível.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a prestação de contas seria apresentada somente em abril do próximo ano, apesar de entenderem que ela não deveria ser, do ponto de vista

daquilo que era a capacidade de execução, quer de receita, quer de despesa, significativamente diferente daquilo que tem acontecido ao longo dos anos, têm estado sozinhos nessa análise, e, portanto, saudar o PSD por finalmente, ter percebido aquilo que era a capacidade, ou a falta de capacidade de execução dos sucessivos executivos da CDU, até porque aquele problema não decorria exclusivamente daquele mandato.

A proposta de Orçamento apresentada pela CDU, era o último suspiro de uma governação municipal que ao longo de mais de 20 anos, não teve a habilidade suficiente para aproveitar as oportunidades de que dispôs e capitalizar as maiorias absolutas resultantes dos resultados em urna ou dos acordos de circunstância, como aconteceu no mandato atual.

Era uma governação que ornamentava, mas não transformava, uma governação de ocasião, mas não de planeamento estratégico, uma governação que glorificava o investimento do betão, mas que se revelava incapaz de atrair investimento reprodutivo e cria emprego qualificado.

Ao longo dos anos, a CDU arrastou Setúbal por uma enorme rotunda à volta da qual o concelho circulava em voltas intermináveis, mas de onde não conseguia sair. Os autarcas do Partido Socialista têm alertado, não só naquele mandato, para a impossibilidade de manter aquele modelo de gestão.

No decorrer do mandato, os vereadores do Partido Socialista apresentaram um conjunto de propostas para integrar os diversos orçamentos, das quais o executivo CDU fez tábua rasa, socorrendo-se da mão amiga, sempre presente, do PSD para manter a ilusão de que governava sozinho.

A responsabilidade dos autarcas do PS era uma e somente uma, a de votar qualquer proposta, que fosse apresentada em função do modelo de gestão que defendiam da sua visão para o desenvolvimento do concelho, e sem prescindir daquilo que era a matriz ideológica plasmada na declaração de princípios do Partido Socialista. Independentemente de isso resultar em propostas aprovadas, ou em propostas não aprovadas.

A proposta de Orçamento para 2025 estava em linha com as propostas que a CDU tem apresentado ao concelho. Uma proposta insuflada sem rasgo nem ambição, que se limitava a somar milhões não executáveis aos milhões que todos os outros anos ficavam por executar, por exemplo, os rendimentos de propriedade nos quais se orçamentavam para 2025, ao contrário do que aconteceu em 2024, mais de trinta milhões de euros das rendas em atraso de Águas do Sado, uma receita de execução duvidosa e que representava 17,49% das receitas correntes orçamentadas.

Mas poderiam elencar, também, as receitas orçamentadas com a venda de bens e serviços correntes, alicerçadas na prestação de serviços a particulares e a empresas no âmbito dos resíduos sólidos, uma subida de perto de oitenta e sete mil euros em 2024, para quase 3,2 milhões de euros em 2025.

Já nas receitas de capital, o incremento proposto face a 2024, um total de 99,5 milhões de euros, resultava sobretudo de um acréscimo de 23,2 milhões de euros nas transferências por via do PRR, nos empréstimos há 20 anos, já ali aprovados, e de um aumento de quase 45,3 milhões de euros nas outras receitas de capital, aquela rubrica orçamental, onde tudo cabia, mas pouco ou nada se concretizava.

No âmbito da despesa, registaram com preocupação o aumento em 20,4 milhões de euros na aquisição de bens e serviços, mais 32,67% face ao orçamentado em 2024, dos quais quase 18,5 milhões, se alocavam exclusivamente à aquisição de serviços.

A decomposição daquele valor pelas diferentes rubricas oferecia dúvidas quanto ao seu destino exequibilidade, face ao orçamento em vigor, aquela proposta aumentava em mais de 32% os encargos de instalações, ou seja, eram mais de 3,05 milhões de euros em encargos com instalações, enquanto para outros serviços eram orçamentados mais 47,24%, ou seja, um incremento de quase 12,5 milhões de euros face a 2024, correspondendo aquela rubrica a 22,76% das despesas correntes totais.

Não era aceitável que uma fatia tão grande do orçamento municipal, superior até o orçamento global de muitos municípios portugueses, tivesse um enquadramento tão vago.

Se aquele aumento projetado da despesa corrente poderia ser sintomático de um município com solidez financeira e pagamentos em dia, tal percepção não poderia estar mais afastada da realidade.

De facto, para 2025 orçamentavam-se mais de dois milhões de euros para pagamento de juros de mora, o que correspondia a um aumento 35,69% face ao orçamentado para 2024. Um sinal claro de que, em Setúbal, a dívida corria na mesma pista das quimeras orçamentais. O aumento das despesas de capital em 70,15 milhões de euros face ao orçamento de 2024 distribuía-se por cerca de sessenta milhões na necessária reparação e beneficiação de habitação pública, 4,85 milhões noutros edifícios, quase metade dos quais instalações desportivas, e um quarto, desse valor, em outros por identificar, e o restante em construções diversas como arruamentos ou jardins.

Destacava-se daquela análise a verba destinada à construção de nova habitação, 400 euros, ainda assim, era aumento em 300%, porque para 2024 tinham somente 100. Um sinal claro de resposta que o atual executivo da CDU tinha para dar a todos quantos não conseguiam aceder a uma casa em condições de mercado. De facto, a ausência de medidas de apoio imediato ao acesso dos jovens e das famílias à habitação com renda acessível relegava aquele orçamento para a galeria onde figuravam muitos outros apresentados pela CDU ao longo dos anos, e onde o acessório suplantava largamente o essencial.

Por tudo aquilo que tinha sido elencado, os vereadores do Partido Socialista votariam, naturalmente, contra a proposta de Orçamento Municipal para 2025.

Sra. Vice-Presidente – Disse que nem uma palavra da oposição relativamente às questões do pessoal da Câmara Municipal. Naquele momento tinham mais de dois mil trabalhadores ao serviço da Câmara, nas diferentes áreas, e com o eventual chumbo daquele orçamento, também falavam de uma série de medidas e de condições propostas naquele orçamento e, no Mapa de Pessoal que seriam inviabilizadas.

Quis dar a conhecer o que ficaria para trás, quais eram os problemas que enfrentavam relativamente à questão daquele chumbo. Iriam, obviamente, estudar a melhor forma de ultrapassar essas dificuldades, mas não podia deixar de dizer duas ou três coisas que a preocupavam bastante.

Como os senhores vereadores sabiam aquele era um ano em que terminavam a avaliação SIADAP bianual, portanto, os nossos trabalhadores iam ser avaliados, e com isso poderiam ter a oportunidade de ver a sua situação profissional melhorada, através das alterações das posições remuneratórias, quer as obrigatórias, quer aquilo que têm feito naquele mandato, que já o fizeram em 2023, e constava também como proposta naquele orçamento, o valor de duzentos e cinquenta mil euros para a opção gestionária em 2025, era um valor substancial.

Em 2023, conseguiram fazer o reposicionamento só com os trabalhadores da opção gestionária em cerca de 400 trabalhadores, que viram melhorada a sua posição, e com aquele eventual chumbo, isso não aconteceria. Portanto, era com preocupação que via aquela matéria, porque efetivamente aquele ano era o ano em que o poderiam fazer.

Também estavam previstos no mapa de pessoal a criação de lugares, à semelhança do que têm feito nos outros anos todos, de valorização dos nossos trabalhadores. Os nossos trabalhadores investiam na sua formação académica, na sua formação profissional, e todos os anos, tendo em conta as funções que lhes eram atribuídas, faziam um mecanismo de mobilidade intercarreiras, mais ou menos, entre 30 a 40 trabalhadores por ano, nas diversas áreas de atividade. Também esses lugares ficariam por concretizar.

Relativamente às questões dos prémios a atribuir, naquele ano, também, estava na legislação, a questão dos prémios, tendo em conta o SIADAP, também teriam que ver como iriam resolver essa situação. Portanto, achava uma falta de sensibilidade nas intervenções dos senhores vereadores, das duas bancadas, não ter havido uma palavra relativamente à situação dos trabalhadores.

Via-se que era uma preocupação que a CDU tinha, quando apresentaram a proposta anterior o senhor Vereador Carlos Rabaçal fez a referência de todas as propostas que tinha, e que

eram idênticas àquelas que estavam na Câmara Municipal e, agora até poderiam correr ali, ou incorrer num problema de discriminação dos trabalhadores do Município.

Era aquilo que queria dizer relativamente ao pessoal, que pensava ser uma matéria importante e também relativamente à apresentação dos argumentos, da parte da oposição, não se revia em absoluto, naquilo que tinha sido dito. Achava que o nosso concelho nunca tinha tido tanto investimento, nunca teve tantas obras em curso, especialmente nas áreas mais importantes para os setubalenses, que era a educação, a saúde, a habitação.

Sr. Presidente – Disse que naquelas avaliações que os partidos da oposição ali faziam, e do anúncio que tinha sido feito do chumbo daquele orçamento, não tinham em conta as questões reais da vida, da nossa vida, no quotidiano.

Tinha fundamentalmente, como objetivo, interesses político-partidários, que era a máquina partidária que já estava em funcionamento, posicionando-se, como não podia deixar de ser, para as próximas eleições autárquicas.

Era isso que estava em causa, mas achava que, como se costumava dizer: *“ainda temos muita água a passar por baixo das pontes”*, e que, naturalmente, os setubalenses esperavam respostas, e não respostas como aqueles argumentos que ali apareciam, que parecia que os senhores vereadores tinham caído ali de para-quedas, que não tiveram conhecimento daquilo que tinha sido a situação financeira que assumiram em 2021, na sequência das eleições autárquicas, e da evolução dessa situação financeira que, por ele era chamada bastas vezes à atenção.

Viram, ainda naquele dia, a tomada de posição do Partido Socialista, relativamente àquela proposta de garantir o mínimo de receita de funcionamento dos serviços municipais, na área dos resíduos era, de facto, mais uma proposta populista, claramente, aliás, quem criticava tanto outras forças políticas, eles também, de populismo ali ficava uma marca bem clara da posição do Partido Socialista, relativamente a uma matéria que o próprio Partido Socialista e as autarquias do Partido Socialista contestavam fortemente a situação que se vivia na AMARSUL.

O Partido Socialista ia ali, exatamente, encostar mais uma vez a Câmara Municipal de Setúbal, do ponto de vista financeiro, no sentido de apresentar uma proposta para reduzir ainda mais as receitas e, naturalmente, pôr em risco a capacidade de resposta dos serviços municipais, para garantir aquele serviço fundamental que era a recolha, e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

O Governo do Partido Socialista tivera tempo e oportunidade de repor a situação na AMARSUL, para que mesma voltasse a ter capitais unicamente públicos. Ter uma gestão pública na AMARSUL seria o caminho, porque era uma reivindicação dos municípios do Partido Socialista que na península de Setúbal assumiam claramente.

Considerou incompreensível a postura que o Partido Socialista tomava em Setúbal relativamente à situação.

Disse que estava de acordo com o senhor Vereador Paulo Calado, era tempo de fazer o balanço, ainda a um ano das eleições e no final do mandato, estavam em condições de fazer o balanço do mandato. O senhor Vereador Paulo Calado dissera haver um aumento das receitas dos impostos e por essa razão não se justificava a situação financeira da Câmara Municipal relativamente ao pagamento em atraso a fornecedores.

O senhor Vereador só falava no aumento dos impostos, mas não falava no aumento dos custos de funcionamento da Câmara Municipal. Não poderiam esquecer que a Câmara Municipal tinha cerca de mais 600 trabalhadores, resultante da transferência de competências do Governo do Partido Socialista para as autarquias, feita em cima do joelho. Significava que desde 1 de abril de 2022 até ao final do primeiro semestre de 2024, tinham um défice orçamental no que dizia respeito à transferência de competências na área da educação, na ordem dos 3 milhões, 750 mil euros.

Disse ser uma forma desastrosa como o Governo do Partido Socialista fez a transferência de competências e os vereadores do Partido Socialista esqueciam-se de que a Câmara Municipal assumiu os compromissos com o anterior Governo do Partido Socialista, de

construir três centros de saúde em Setúbal, para dar resposta a uma política de saúde, que sucessivos governos fizeram desastrosamente, com efeitos penalizadores na saúde dos portugueses e em particular no Município de Setúbal.

Disse que o executivo da CDU cumpria rigorosamente os compromissos que assumiram com o Governo.

Entregaram no dia 30 de novembro de 2023, o Centro de Saúde de Azeitão ao Governo e até à presente data funcionavam os mesmos trabalhadores que funcionavam na vivenda onde funcionava o antigo Centro de Saúde em Azeitão e ainda esperavam que lhes pagassem 1 milhão e 400 mil euros, que saíram do orçamento da Câmara Municipal, mas que ainda não lhes tinha sido ressarcido pelo Governo.

Os Vereadores do Partido Socialista não poderiam dizer ignorarem aquilo que se passava em Setúbal, não poderiam dizer que ao longo daquele mandato não tinham conhecimento dos números, porque sabiam exatamente da degradação da situação financeira da Câmara Municipal, porque nunca o esconderam, no entanto, os senhores vereadores do PS e PSD juntaram-se na Câmara Municipal para reduzir a receitas estimadas em 20 milhões de euros no final do mandato, que serviria para pagar as dívidas de fornecedores em atraso.

Sugeriu que os Vereadores assumissem as suas responsabilidades.

O senhor Vereador Paulo Calado referira que conseguiram aprovar um conjunto de medidas sociais extremamente importantes, sendo que o mesmo foi possível com os votos favoráveis da CDU.

O executivo CDU era dos primeiros a sentir a responsabilidade das questões sociais no concelho e por essa razão não tiveram dúvidas em votar favoravelmente, mesmo considerando a situação financeira da Câmara Municipal, apoiando algumas das propostas que o PSD para ir de encontro às necessidades dos orçamentos familiares, sobretudo dos mais frágeis.

Disse que tivera a oportunidade de solicitar ao senhor presidente da Assembleia Municipal uma sessão extraordinária, para falarem sobre as questões sociais no concelho. Naquela sessão terá saído a determinação de tomarem medidas de apoio financeiro às famílias, em particular às famílias que tinham crianças em idade escolar.

Quando apresentaram o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025, importava dizer que cumpriam o que prometeram aos setubalenses e azeitonenses, no compromisso eleitoral para o mandato 2021–2025. A água como bem fundamental à vida, ao fim de 25 anos de gestão privada por responsabilidade do Partido Socialista, voltou à gestão pública com a fatura reduzida em cerca de 20%.

A descentralização de competências para as freguesias para garantir maior proximidade e eficácia na avaliação e resolução dos problemas estava concretizada. Atualmente eram o município do país com maior nível de descentralização para as freguesias, tanto em atividade como em valor. Ao fim daqueles três anos de mandato tinham já o maior investimento garantido nas áreas da educação, da saúde, do desporto, da cultura, do ambiente e espaços verdes, da mobilidade e transportes, no movimento associativo e na habitação.

Os senhores Vereadores ignoravam aquilo que era fundamental para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento do concelho, sempre com os olhos postos naquilo que era fazer tudo para dificultar a quem tinha a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal, retirando resultados partidários quando se aproximavam eleições, sendo aquela a forma do PS e PSD na gestão da Câmara Municipal.

Setúbal, de acordo com dados oficiais, era o terceiro município do país com candidaturas aprovadas no PRR, de valor superior a 150 milhões de euros. Setúbal garantiu no mandato de 2021–2025 o maior investimento de sempre de qualquer mandato autárquico depois do 25 de Abril. Aqueles dados eram do conhecimento dos vereadores, no entanto, os vereadores diziam que o executivo CDU não honrava os compromissos, não cumpria aquilo que era a execução orçamental. Disse haver uma distância enorme entre aquilo que queriam fazer querer às pessoas e a realidade dos factos. Tratava-se de números oficiais, números que estavam publicados e divulgados na comunicação social, os vereadores da oposição não poderiam dizer ignorarem a situação.

Disse que foi naquele quadro de grande confiança no futuro de Setúbal, que dava garantia de mais qualidade de vida e bem-estar aos setubalenses e azeitonenses, que os partidos políticos da oposição na Câmara Municipal decidiram anunciar publicamente que iriam chumbar o maior orçamento de sempre, antes mesmo de fazer o seu debate no espaço próprio, que era a reunião de câmara.

Foi daquela forma leviana e irresponsável que os vereadores do PS e do PSD, em conjunto, obrigaram ao maior corte de sempre nas receitas municipais, num valor estimado da ordem dos 20 milhões de euros, que afetava naturalmente a capacidade financeira da Câmara. Tendo ficado claro que o grande objetivo foi sempre criar maiores dificuldades à gestão da CDU.

Sabia que se aproximavam as eleições autárquicas e que começava o tempo de cada força política procurar tirar dividendos político-partidários para a próxima corrida eleitoral.

Não compreendiam, nem podiam aceitar que o PS e o PSD se juntassem para impedir o executivo CDU de concretizar obras necessárias às populações, por essa razão estavam ali para denunciar aquele comportamento indigno.

Informou os vereadores do PS e do PSD que, em política, não valia tudo. A proposta que o PS apresentou, de redução da receita nos resíduos, reconhecendo os excessos das tarifas da AMARSUL era a prova de uma postura de “quanto pior melhor”. Não poderiam aceitar nem podiam de deixar de denunciar aquela postura do Partido Socialista.

Estava certo de que, quando as populações tivessem melhor conhecimento do que estava em causa e das verdadeiras razões do chumbo anunciado do orçamento para vigorar no ano de 2025, impedindo o normal funcionamento da atividade municipal, haveriam de ter uma reação forte e alargada a um comportamento de quem, ao longo daquele mandato, tudo fez para obstaculizar a gestão municipal a favor das populações de Setúbal e Azeitão e de um futuro melhor para Setúbal.

Poderiam estar certos que era naquela denúncia que também iriam trabalhar.

Sr. Vereador Joel Marques – Lamentou aquilo que foram as declarações do senhor Presidente em afirmar que se tratava de um comportamento indigno, num democrata e de um autarca, particularmente de quem dirigia uma Câmara Municipal, ao achar que as oposições estariam ao seu serviço e que se apresentavam nas reuniões de câmara para validar as opções de uma maioria, ratificando aquilo que seriam as propostas apresentadas. Como se um orçamento não fosse uma proposta para discussão, não fosse uma proposta para negociação, mas fosse uma proposta para decisão por despacho. Tudo aquilo seria indigno.

A CDU foi a responsável por aquele chumbo, porque era a CDU que apresentava um documento cuja capacidade de execução era próxima da nulidade. Aquilo que faziam enquanto oposição não era ratificar propostas, mas avaliar as propostas que lhes eram apresentadas e decidir em consciência e o Partido Socialista sempre decidira em consciência.

Em 2021 abstiveram-se na proposta de Orçamento apresentada pela CDU, apesar de o executivo ter decidido não incorporar nenhuma das propostas que apresentaram e decidiram dar o benefício da dúvida. A partir de 2022 entenderam que, com um executivo que não negociava, que se isolava e que aproveitava os acordos de circunstância feitos com uma parte da oposição os documentos que lhes eram apresentados, não reuniam condições para aprovação e por essa razão votaram sempre contra e em plena consciência.

A responsabilidade do Partido Socialista era votar em consciência sobre as propostas que lhes eram apresentadas, não era ratificar aquilo que o executivo da CDU entendesse apresentar.

Estranhava aquilo que era a dicotomia do discurso do senhor Presidente entre a pertença “Era de ouro” que viviam, a qual foi propalada na comunicação social em diversas declarações públicas e aquilo que era a gravíssima situação financeira que o senhor Presidente disse ter encontrado em 2021.

Se o senhor Presidente olhasse para quem o acompanhava no executivo, à exceção da Vereadora Rita Carvalho, que no mandato passado foi Diretora de Departamento na Câmara

Municipal, todos os outros Vereadores da CDU tinham funções executivas, sendo corresponsáveis, porque votaram e executaram os orçamentos que conduziram o município a uma situação financeira difícil. Não foi a oposição, nem as medidas que a oposição fez aprovar, muitas delas por proposta do Partido Socialista, particularmente no que respeitava à redução do IMI. Se o IMI em 2024 a cobrar em 2025 não era de 0,36, devia-se exclusivamente ao voto contra da CDU e à posição do PSD ao ter-se absterido, inviabilizando a medida.

A responsabilidade pela execução dos orçamentos daquele mandato era exclusiva da CDU, tendo tido o beneplácito do PSD na provação dos orçamentos e das prestações de contas.

Aquilo que foram as execuções dos anos anteriores não seriam preocupantes, parecia que só 2024 é que seria preocupante. Poderiam estabelecer alguns paralelismos com aquilo que eram as afirmações do senhor Presidente relativamente ao aproximar do ato eleitoral.

A posição do Partido Socialista foi sempre coerente, com uma oposição construtiva, uma oposição que apresentava propostas e que não estava disponível para aprovar tudo aquilo que lhe colocassem à frente.

Apesar do executivo da CDU continuar a “chorar” os centros de saúde, era preciso recordar que os meios do município tinham de estar ao serviço das populações.

Aquilo que os executivos da CDU fizeram, quer na disponibilização do terreno, quer nos acordos para avançar com a construção foi uma boa medida, pelo que não deveriam “chorar” sobre as boas medidas que tomavam, reconhecendo que foi uma medida que traria vantagens para a população.

Disse que o chumbo já anunciado do Orçamento abria aquilo que entendiam ser uma janela de oportunidade, não impedia a concretização e as intervenções financiadas pelo PRR.

Relativamente àquelas intervenções, dissera em noutras ocasiões, que poderiam estabelecer um paralelismo com o futebol. Poderiam fazer classificações imaculadas e ganhar os jogos todos e depois chegar às fases finais dos campeonatos e não conseguir marcar golos.

Disse ser preciso executar, não bastava candidatar e ganhar as candidaturas. Abria-se uma janela de oportunidade para aquilo que eram as verbas do PRR, incluídas naquele Orçamento que iria ser chumbado, para as progressões de carreira por via do SIADAP e para as atualizações salariais.

Aquela janela de oportunidade permitia à CDU tomar um de dois caminhos ou decidia governar com aquilo que era o Orçamento de 2024, levando a reunião de câmara as alterações modificativas até 31 de dezembro, que permitissem acomodar a verba necessária para as progressões salariais e para os aumentos salariais, assim como as rubricas e as intervenções com o PRR, continuando a governar sozinho, isolado, feliz e contente ou entraria num processo negocial com as oposições para construir um orçamento sério, um orçamento realista e um orçamento que construísse o futuro do concelho, que construísse mais para Setúbal e para os setubalenses, para Azeitão e azeitonenses. Não sendo aquele caminho circular em que a CDU entrara e que não lhe permitia sair das rotundas que construiu ao longo dos tempos.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o Partido Socialista tinha uma obsessão com o PSD no concelho de Setúbal.

Referiu que o resultado do que se passava com aquela câmara e em todas as câmaras do país estaria relacionado com o modelo de gestão autárquica. O modelo de gestão autárquica em Portugal era diferente do Governo da República, em que não resultava o Governo na Assembleia respetiva, resultava de uma eleição direta para aquele órgão através do método de Hondt. O resultado da presença daquelas forças políticas na câmara estaria relacionado com a eleição direta dos eleitores de Setúbal que fizeram aquela composição política. Não ter havido uma maioria absoluta foi uma escolha dos setubalenses, ao contrário do mandato anterior e de outros, em que a CDU estivera com a maioria absoluta, tendo deliberado tudo como bem entendera. Na realidade havia algumas “manchas” naquele mandato, algumas situações mais complicadas, a situação dos refugiados alertada pelo PSD, a questão do encarregado de proteção de dados alertado pelo PSD, a aplicação de medidas sociais com o

voto da CDU e na maioria do PS que não votou todas aquelas propostas, nomeadamente o IMT Jovem, o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e ao Associativismo, em cerca de 300 mil euros para o ano de 2024.

Tal como referiu o senhor Vereador Joel Marques muitos dos vereadores presentes estavam nos mandatos anteriores, aquando da compra da praça de touros de 1 milhão e 200 mil euros, a aquisição do IMAPARK por 4 milhões e meio de euros, muitos gastos supérfluos em rotundas e outras questões que podiam ter sido melhor geridas. Tratava-se de uma forma de gestão com a qual não se reviam.

Em relação àquilo que era o chumbo do orçamento e as suas consequências, tendo em conta a execução que era feita do orçamento, o executivo CDU tinha mais que margem em duodécimos para fazer a gestão de 2025, não pondo em causa de forma nenhuma o investimento do PRR, que era fundamental para o concelho, uma vez que tanto em Setúbal como no país havia uma falta gritante de habitação, resultado daquilo que se passou nos últimos oito anos no país. Estavam completamente de acordo, bem-vindos CDU pela análise que fizeram, porque foram oito anos desastrosos para o país, de pura estagnação, tendo sido a gestão do poder pelo poder. Na realidade tudo aquilo era o Partido Socialista em Setúbal e no país. O PSD em Setúbal era oposição responsável, oposição construtiva.

Quanto àquilo que estaria relacionado com o Partido Socialista e com algumas designações insultuosas, iam vendo o que se passava não só nas reuniões de câmara, mas também às vezes nos corredores e nos convívios que eram de outra índole.

Pretendia deixar uma promessa e um desafio ao Partido Socialista e à CDU, certamente que todas aquelas forças políticas estariam no próximo mandato, dependendo da decisão dos setubalenses. O Partido Socialista teria que responder, devido às “brincadeiras”, como era o caso do IMI, em que aprovaram os 0,37, sendo que o máximo seria 0,45 e o mínimo 0,30. Baixar para 0,36 custaria mais 500 mil euros e o alerta do senhor Presidente sobre as finanças foi um alerta importante na Assembleia Municipal.

Disse ficar o desafio para o Partido Socialista no próximo mandato de não aumentar um único imposto. Estivesse na bancada ou na assistência estaria para lhes pedir resposta ao desafio de não aumentar impostos no próximo mandato.

O Partido Socialista pretendia baixar os impostos à bruta, enquanto o PSD o fizera com responsabilidade. Ainda, naquele ano, conseguiram uma devolução aos setubalenses de 7 milhões e meio de euros, no IMI, IMI familiar, no IMT Jovem, no qual o PS se absteria. O Partido Socialista não deveria usar o PSD como desculpa, deveria pedir contas à CDU e não deveria fazer oposição à oposição.

Disse que os números e os factos estavam presentes e era com eles que trabalhavam. O foco da CDU até ao final do mandato era executar as obras que eram lançadas, no sentido de que os 180 milhões de euros de investimento que tinham naquele mandato para executar, tivessem resultados no desenvolvimento do concelho e no bem-estar das populações de Setúbal e Azeitão.

Os Vereadores da oposição continuavam a contar meias-verdades, contrariar somente por palavras, porque por atos não tinham competência, no entanto, era necessário ter do ponto de vista político respeito por quem trabalhava e da forma como trabalhava. Quem não pretendia ver a realidade da transformação que foram aqueles 20 anos no município de Setúbal, naturalmente teria que semicerrar os olhos, fazendo de conta que houve um tempo que não estiveram presentes.

Caso os Vereadores da oposição pretendessem continuar aquele caminho, naturalmente que as populações haveriam de dar a resposta adequada, pelo que iriam continuar com o trabalho que era o compromisso que tinham para com os setubalenses e os azeitonenses.

Disse pretender clarificar uma situação para que não houvesse dúvidas, relativamente à situação difícil financeira que encontraram em 2021 e que todos tinham conhecimento.

Perante aquela situação a CDU tomara a decisão, quando receberam os 12 milhões e meio de euros da garantia bancária da anterior empresa da gestão das águas, em aplicar no pagamento de dívidas em atraso. Sabendo daquela situação, os vereadores da oposição não deixaram de insistir na redução das receitas do município, tendo levado ao agravamento da

situação e ao atraso no pagamento aos fornecedores. Questionou quem foram os principais responsáveis pela situação que atualmente viviam.

As forças que constituíam a CDU apresentaram na Assembleia da República, ao longo dos anos, propostas de redução dos impostos, mas obtiveram sempre os votos contra do PS e do PSD.

Questionou a razão pela qual os vereadores da oposição, de uma forma populista, votavam na câmara e na assembleia municipal a redução de receitas do município, em vez apresentarem na Assembleia da República as propostas de redução dos impostos. Os Vereadores sabiam perfeitamente caso as propostas de redução fossem aprovadas na Assembleia da República, as autarquias haveriam de reivindicar a compensação através da Lei das Finanças Locais. Os Vereadores da oposição pretendiam reduzir as receitas do município, para o executivo CDU ter mais dificuldades em executar o programa prometido para com as populações. Aqueles eram os factos que não poderiam desmentir. Lembrou que ao longo do mandato em que a oposição ia apresentando as várias propostas, lhes chamara a atenção para aquela situação.

Disse que houve um compromisso da parte da CDU na gestão municipal em que iria reduzindo progressivamente o valor dos impostos e cumpriam de acordo com a capacidade orçamental, mas para os Vereadores que não tinham responsabilidade de gestão, quanto pior melhor. Aquela era a máxima do Partido Socialista em Setúbal que os habituou a fazer aquilo ao longo dos anos e esqueceram-se, porque tinham má memória, da situação em que deixaram a Câmara Municipal em 2001.

Disse ser necessário ter os olhos abertos e olhar para a transformação profunda do concelho, com os sucessivos executivos da CDU, nos últimos 20 anos.

Referiu que no atual mandato tiveram um investimento superior a qualquer mandato anterior em áreas importantes, na educação, na cultura, no desporto, no ambiente e espaços verdes, na mobilidade e nos transportes, no movimento associativo e na habitação. Foram os maiores investimentos de todos os mandatos da CDU desde 2001.

Questionou os vereadores da oposição se foi o causador do agravamento da dívida. Disse que os Vereadores da oposição não assumiam as suas responsabilidades, porque a dívida foi agravada baseada em função das votações da redução dos impostos, que foram impostos pelos vereadores. Os números não enganavam.

Disse que iriam continuar aquele trabalho e iriam denunciar o comportamento das forças políticas da oposição relativamente àquele esforço, àquela dedicação e capacidade de trazer para Setúbal milhões de euros para serem investidos.

O Partido Socialista durante muito tempo, através do seu líder de bancada, dissera que os dinheiros do PRR eram dinheiros do Governo do Partido Socialista, terá inclusivamente dito que o executivo da CDU beneficiava com as decisões do Governo do Partido Socialista, porque aqueles fundos foram o Partido Socialista que os conquistara e trouxera para Portugal. Como se os restantes países europeus não tivessem beneficiado do PRR.

Disse ser uma forma de estar na política que ultrapassava tudo aquilo que era aceitável.

O líder de bancada do PS enveredou por outra linha, de tudo aquilo que a CDU reivindicou dos sucessivos Governos, ao ter mudado o Governo o senhor Vereador Fernando José andou em campanha por todo o lado a exigir que o atual Governo cumprisse aquilo que o Governo do Partido Socialista nunca cumprira.

Disse ser uma forma de estar na política que lhes dava vontade de rir, uma postura de grande incoerência e de desorientação completa das responsabilidades de quem era eleito para exercer os cargos com responsabilidade.

Disse trabalharem com muita dificuldade e as coisas nem sempre corriam bem.

Aquilo que tinham como proposta orçamental era o resultado de um trabalho duro e dedicado para que Setúbal pudesse ter investimento público de valor superior a 180 milhões de euros naquele mandato, sendo que algumas das obras poderiam prolongar-se para o mandato seguinte, uma conquista da CDU na Câmara Municipal em maioria relativa, por essa razão estavam muito orgulhosos do trabalho que fizeram e estavam muito focados na concretização dos respetivos investimentos.

No Governo do Partido Socialista tiveram várias reuniões com ministros as quais resultaram muito positivamente para investimento no município.

Disse ser necessário construir uma estrada alternativa de acesso à Mitrena e os sucessivos Governos nunca tiveram visão da concentração de produção económica do país e de risco elevado que estava sujeito a uma única via, porque caso ocorresse algum sinistro grave poderia colocar em risco a vida das populações.

Referiu que o senhor Ministro das Infraestruturas fizera o compromisso, logo que tivesse a oportunidade de ir a Setúbal iria dialogar com as empresas no sentido de encontrar um caminho para construir uma via alternativa à Estrada Nacional 10/4.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ter ficado quase convencido com a intervenção do senhor Presidente que seria o Partido Socialista que estava no exercício do poder e a apresentar a proposta de Orçamento.

Disse que o senhor Vereador Paulo Calado indicou como sendo “*brincadeiras*” em torno do IMI, desconheciam quem é que andou a brincar com o IMI, se foi o Partido Socialista que apresentara sempre propostas para a sua redução ou se tinha sido quem em 2021 não aprovara uma proposta de redução para 0,4 numa determinada reunião de câmara, para depois na reunião seguinte apresentar uma proposta de redução para 0,4, tendo aprovado em junho de 2022 uma proposta de redução de 0,37 e chegado a outubro/novembro aprovar uma proposta de aumento para 0,40.

Relativamente às “*brincadeiras*” em torno do IMI ficaria tudo dito.

Tranquilizou o senhor Vereador Paulo Calado, que a bancada do Partido Socialista e aquela que lhe sucederia era constituída por gente coerente e de palavra, garantidamente que os impostos não seriam aumentados no próximo mandato.

O senhor Vereador Paulo Calado fez uma insinuação que não percebera, relativamente a convívios de corredores ou bastidores.

A sua bancada não costumava frequentar os corredores ou bastidores onde se negociavam orçamentos e prestações de contas, por essa razão não se cruzavam com o senhor vereador Paulo Calado.

Caso o senhor Vereador pretendesse clarificar a insinuação, talvez o pudesse fazer para que todos pudessem ficar esclarecidos relativamente àquilo que eram as passagens por corredores, bastidores e as negociações que eventualmente pudessem ocorrer.

Sra. Vereadora Sónia Martins – De acordo com aquilo que tinha sido dito pelo senhor Presidente, os números eram factuais e não enganavam. As execuções dos orçamentos da CDU não enganavam, estavam à vista de todos. Por vezes ficavam confusos, umas vezes estavam numa era dourada, outras vezes estavam com dificuldades. Nunca ouvira o senhor Presidente falar no aumento das receitas e despesas e no discurso da apresentação do orçamento não disse o que iria fazer com o IMAPARK e com a Praça de Touros, que seria uma fonte de receita para o município.

O Partido Socialista esteve 8 anos no Governo e com o privilégio de ter na Câmara Municipal um deputado da Assembleia da República.

No entanto, vinha o Partido Socialista exigir a valorização da profissão de bombeiro, com a revisão do estatuto e o reconhecimento da profissão. Questionou sobre o que aconteceu naqueles 8 anos.

O Partido Socialista dizia ser necessário reforçar a segurança, no entanto, o Partido Socialista exigira à Ministra da Cultura que teriam que apoiar o Espelho Mágico e o TAS.

Questionou se nos últimos 8 anos o Partido Socialista não estivera presente no Governo, uma vez que alertou para o problema das urgências no Hospital de São Bernardo.

O Partido Socialista acusou a CDU de pretender que a oposição andasse a reboque daquilo que pretendiam fazer, mas depois acusavam o PSD sobre as propostas relativamente ao IMI. A sua bancada apresentava as propostas sobre o IMI quando entendessem e não quando os senhores do Partido Socialista achassem que deveriam ser apresentadas. Estavam tranquilos, porque fizeram uma oposição responsável. Estavam há muito pouco tempo no

Governo, mas o tempo suficiente para que tivesse havido um ganho muito significativo para população de Setúbal, o qual estaria relacionado com a alteração dos horários na Fertagus. Sabia que os executivos de Setúbal e dos concelhos limítrofes tinham feito uma pressão naquele sentido, mas, na verdade, só agora tinha sido possível a sua concretização.

Considerou indecente o apelo para que se resolvessem todos os problemas que não foram resolvidos pelo Partido Socialista, sem se saber o porquê, dando como exemplo a questão dos bombeiros, cuja matéria que o Vereador Fernando José acompanhou muito de perto e não conseguira resolvê-la, no entanto, vinha exigir que fosse o Governo da AD a tratar da revisão do Estatuto dos Bombeiros.

Disse que haveria muito para esclarecer e muito para explicar aos setubalenses.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que naquele mandato, na Assembleia Municipal, tinham uma novidade relevante que era a Análise do Estado do Município. Da parte da sua bancada estariam disponíveis para marcar uma reunião de câmara onde se poderia discutir o Estado da Nação, se a bancada do PSD assim o entendesse.

Nos últimos 8 anos existia um deputado do PSD de Setúbal, que curiosamente também era vereador naquela câmara, que estivera na Assembleia da República e não lhe conheciam nenhuma intervenção em 8 anos sobre a cultura, o Gatem, o TAS, o Fontenova ou sobre questões relacionadas com segurança, ou bombeiros, nenhum tema que tivesse relacionado especificamente com o concelho de Setúbal.

Caso o PSD pretenda-se debater temas de política nacional e sobre o Estado da Nação, a sua bancada estaria inteiramente disponível para o fazer, não se esconderiam.

A proposta foi rejeitada, por maioria, com 5 votos a favor da CDU e 6 votos contra, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: *“A proposta de Orçamento apresentada pela CDU é o último suspiro de uma governação municipal que ao longo de mais de 20 anos não teve habilidade suficiente para aproveitar as oportunidades de que dispôs e capitalizar as maiorias absolutas que resultaram das urnas ou dos acordos de circunstância, como aconteceu no mandato atual. Uma governação que ornamenta, mas não transforma. Uma governação de ocasião, mas não de planeamento estratégico. Uma governação que glorifica o investimento do betão, mas que se revela incapaz de atrair investimento reprodutivo e que crie emprego qualificado.*

Ao longo dos anos, a CDU arrastou Setúbal para uma enorme rotunda à volta da qual o concelho circula em voltas intermináveis, mas de onde não consegue sair. Os autarcas do Partido Socialista têm alertado, não só neste mandato, para a impossibilidade de manter este modelo de gestão.

No decorrer do mandato, os Vereadores do Partido Socialista apresentaram um conjunto de propostas das quais destacamos:

- A alocação de 5M€ para a aquisição de um mínimo de 30 imóveis destinados ao arrendamento acessível, dando assim uma resposta urgente e imediata aos jovens e às famílias em situação de carência habitacional;

- A reativação do destacamento de Azeitão dos Bombeiros Sapadores – uma proposta já apresentada no ano passado e que visa reforçar a capacidade de intervenção na freguesia mais distante do centro do concelho;

- A gratuidade do Passe Navegante Municipal para maiores de 65 anos, numa política de reforço do acesso aos transportes públicos de uma franja da população tradicionalmente com menores rendimentos;

- Cheque natalidade no valor de 1.000€ para todas as crianças que nasçam no concelho, desde que ambos os progenitores sejam residentes no concelho há pelo menos 5 anos.

Destas e de outras propostas o Executivo CDU fez tábua rasa, socorrendo-se da mão amiga do PSD para manter a ilusão de que governava sozinho. A responsabilidade dos autarcas do PS é uma e apenas uma: a de votar qualquer proposta que lhes seja apresentada em função

do modelo de gestão que defendem, da sua visão para o desenvolvimento do concelho, e sem prescindir da matriz ideológica plasmada na Declaração de Princípios do Partido Socialista.

A proposta de Orçamento para 2025 está em linha com as propostas que a CDU tem apresentado ao concelho. Uma proposta insuflada, sem rasgo nem ambição, que se limita a somar milhões não executáveis aos milhões que todos os outros anos ficam por executar.

Vejam, por exemplo, os rendimentos de propriedade, nos quais se orçamentam para 2025 (ao contrário do que aconteceu em 2024) mais de 30M€ das rendas em atraso da Águas do Sado – uma receita de execução duvidosa e que representa 17,49% das receitas correntes orçamentadas. Mas podemos elencar, também, as receitas orçamentadas com a venda de bens e serviços correntes, alicerçadas na prestação de serviços a particulares e empresas no âmbito dos resíduos sólidos: uma subida de 86.906€ em 2024 para quase 3,2M€ em 2025.

Já nas receitas de capital, o incremento proposto face a 2024 – um total de 99,5M€ – resulta sobretudo de um acréscimo de 23,2M€ nas transferências por via do PRR, dos empréstimos a 20 anos já aprovados, e de um aumento de quase 45,3M€ nas outras receitas de capital – a rubrica orçamental onde tudo cabe, mas pouco (ou nada) se concretiza.

No âmbito da despesa, registamos com preocupação o aumento em 20,4M€ na aquisição de bens e serviços (mais 32,67% face ao orçamentado para 2024), dos quais quase 18,5M€ se alocam exclusivamente à aquisição de serviços. A decomposição deste valor pelas diferentes rubricas oferece dúvidas quanto ao seu destino ou exequibilidade: face ao orçamento em vigor, esta proposta aumenta em mais de 32% os encargos de instalações (são mais 3,05M€!), enquanto para “outros serviços” são orçamentados mais 47,24% - ou seja, um incremento de quase 12,5M€ face a 2024, correspondendo esta rubrica a 22,76% das despesas correntes totais. Não é aceitável que uma fatia tão grande do orçamento municipal, superior até ao orçamento global de muitos municípios portugueses, tenha um enquadramento tão vago.

Se este aumento projetado da despesa corrente poderia ser sintomático de um Município com solidez financeira e pagamentos em dia, tal percepção não poderia estar mais afastada da realidade. De facto, para 2025 orçamentam-se mais de 2M€ para pagamento de juros de mora – um aumento de 35,69% face ao orçamento de 2024. Um sinal claro de que, em Setúbal, a dívida corre na mesma pista das quimeras orçamentais.

O aumento das despesas de capital em 70,15M€ face ao orçamento de 2024 distribui-se por cerca de 60M€ na necessária reparação e beneficiação de habitação pública, 4.85M€ noutros edifícios (quase metade dos quais em instalações desportivas e um quarto em outros por identificar), e o restante em construções diversas, como arruamentos ou jardins.

Destaca-se desta análise a verba destinada à construção de nova habitação: 400€. Um sinal claro da resposta que o atual Executivo da CDU tem para dar a todos quantos não conseguem aceder a uma casa em condições de mercado. De facto, a ausência de medidas de apoio imediato ao acesso dos jovens e das famílias à habitação com renda acessível relega este orçamento para a galeria onde figuram muitos outros apresentados pela CDU ao longo dos anos e onde o acessório suplanta largamente o essencial.

Em Setúbal, a proposta de Orçamento apresentada pela CDU está longe de ser uma estrela de Natal. É uma luz que se apaga e que arrasta consigo um concelho onde a dívida cresce, onde se “plantam” mais parquímetros do que árvores, e onde as respostas essenciais falham de forma avassaladora.

Por todos os argumentos elencados, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta de orçamento municipal para 2025.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte declaração de voto, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21: “O PSD constata que a gestão financeira da Câmara Municipal de Setúbal tem vindo a degradar-se ao longo deste mandato, mantendo graus preocupantes de execução, tanto na despesa como na receita.

Demonstrativo desta falta de compromisso da CDU em executar o seu próprio orçamento é o facto de, no ano de 2023, a CDU só ter conseguido executar cerca de 59% do orçamento, no que diz respeito à despesa, e 66% relativamente à receita.

No entanto, verifica-se que no presente ano de 2024, à data de 30 de setembro, ou seja, decorridos três trimestres do ano, que a execução atinge apenas 31%, muito aquém dos valores orçamentados, e ainda mais baixo quanto ao grau de execução no plano plurianual de investimentos a rondar os 13%. Também a esta data se verifica um resultado negativo de 16,1 milhões de euros, seguindo o histórico dos resultados negativos do ano de 2023 e 2022. A dívida a fornecedores aumentou em relação ao período homólogo em 10M de euros, ascendendo aos 30M de euros, dos quais 8M são dívida com mais de um ano de antiguidade. Por outro lado, o passivo financeiro reduziu-se, pelo que, a autarquia está a financiar-se à conta dos fornecedores, muitos deles pequenas e médias empresas, imputando um grande esforço e lesando o tecido empresarial local.

Quanto ao orçamento municipal apresentado para 2025, atinge a exorbitância de 338,5M de euros, o que representa mais 83M de euros face a 2024, que já era bastante irrealista. Trata-se, portanto de um orçamento megalómano e fantasioso, que anuncia o período pré-eleitoral que se aproxima.

É necessária competência e responsabilidade para gerir um orçamento desta natureza. Este executivo CDU continua a propor orçamentos municipais sem efetivo planeamento, sem capacidade de concretização e, no fundo, sem responsabilidade. A CDU não conseguiu executar nem sequer dois terços do seu orçamento, e também porque não adotou uma postura de compromisso com aquilo a que se propôs nos anos transatos.

Mas da ineficácia passou a CDU ao desespero, demonstrada no recente discurso proferido na Assembleia Municipal de Setúbal, em 31 de outubro, em que alertava para a grave situação financeira do Município, atribuindo essa responsabilidade à oposição. A autarquia está em sérias dificuldades, mas não é, contrariamente ao afirmado, resultado da ação da oposição.

Na realidade, verifica-se um aumento das receitas dos impostos, que só este ano já supera em mais de 3M de euros o ano de 2023.

Indiscutível é a pouca capacidade de gerir de forma equilibrada as finanças e o orçamento da autarquia que a CDU tem demonstrado ao longo de todos os mandatos.

Nem se diga que esta situação financeira está relacionada com as medidas que o PSD conseguiu aprovar ao longo deste mandato, para aliviar as famílias e as pequenas e médias empresas setubalenses. Para fazer face à elevada inflação e às dificuldades dos munícipes, o PSD conseguiu fazer aprovar na Câmara e na Assembleia Municipal um conjunto de medidas, muitas delas viabilizadas pela própria CDU, que só em 2024 representam uma devolução à sociedade de cerca de 7,5M de euros. Passamos a elencar estas medidas:

- Isenção do IMT para jovens, que já se aplica em todo o País, tendo sido Setúbal a primeira autarquia a aprovar, com efeitos a 1 de janeiro de 2024;
- Redução da taxa de IMI, do máximo para 0,37% desde o início do mandato;
- Aplicação do IMI Familiar, em função do número de dependentes.
- Redução da taxa de IRS, do máximo para a devolução de 1,7% para o ano de 2025;
- Isenção de Derrama para pequenas e médias empresas, com volume de negócios até 150 mil euros;
- Apoio às famílias através de transporte escolar gratuito;
- Medidas para reduzir encargos em refeições escolares para famílias vulneráveis;
- Investimento na reabilitação e manutenção de passadeiras;
- Alívio nas tarifas de estacionamento através de isenção nos dísticos para residentes;
- Medidas de apoio às atividades de animação e apoio às famílias;
- Bilhete Família para eventos culturais infantis, promovendo acesso à cultura;
- Sala Snoezelen para apoio a cidadãos com necessidades específicas.

Pela parte do PSD continuaremos a prosseguir aquilo a que nos propusemos junto dos setubalenses, de forma responsável e ponderada, não colocando em causa a sustentabilidade e o funcionamento da Câmara Municipal, mas apresentando medidas



concretas que cumprem o programa eleitoral que apresentámos para Setúbal e para os setubalenses.

A CDU teve todos os instrumentos à sua disposição, mas não conseguiu controlar as contas, e mais grave ainda, não conseguiu executar os seus próprios orçamentos, quando tinha todas as condições para o fazer, uma vez que a posição financeira era favorável por via dos recursos do PRR e dos impostos que têm vindo a arrecadar.

Com este cenário, não pode o PSD deixar de manifestar a sua preocupação por mais um ano perdido e a dificuldade de compreender a estratégia adotada. É urgente que nos tornemos eficientes do ponto de vista económico para alavancarmos o desenvolvimento económico e territorial da cidade, tornando-a uma cidade e um município atrativo e dinâmico para os jovens, para as empresas aqui investirem, e saudável e acolhedora para os mais vulneráveis, como os idosos e os mais desfavorecidos.

Não podemos deixar de referir, e insistir, que desde o início do presente mandato que o PSD, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, alertou o executivo CDU sobre o estado de degradação da Praça de Touros Carlos Relvas e da falta de investimento e dinâmica no IMAPARK, investimentos que oneraram bastante os setubalenses, só na aquisição respetivamente em 1,2M e 4,5M de euros, bem como sobre uma série de outros gastos supérfluos. Supérfluos porque sem retorno para a autarquia e para os setubalenses.

Assim, em síntese, feito um balanço político deste mandato e da falta de capacidade de execução da maioria CDU, não resta outra opção ao PSD que não seja dar um cartão vermelho e chumbar o orçamento para 2025. Avaliámos as consequências do chumbo e sabemos que obriga a Câmara Municipal de Setúbal a gerir de forma mais rigorosa o orçamento em duodécimos, o que resultará numa uma gestão mais controlada daquilo que são os valores que estão à guarda ou para executar pelo Executivo Municipal, sendo que dessa forma, os irá gerir melhor.

Melhor gestão, mais responsabilidade e, sobretudo, capacidade de realmente resolver os problemas reais da vida das pessoas, e neste caso concreto, dos setubalenses e azeitonenses, é o que o PSD se propõe a continuar a fazer.”

Sr. Presidente – Propôs que durante o mês de dezembro só houvesse uma reunião a ter lugar no dia 11 de dezembro e que a reunião do dia 1 de janeiro passasse para o dia 8, janeiro.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 12 horas e 02 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 26 de março de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 23 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:

Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Paulo Hortênsio